

Goiás quer política nacional para administrar migrações

Goiânia — À frente de um dos órgãos estaduais que lidam mais diretamente com os problemas da migração, o secretário de Assuntos Comunitários, Alair Pereira dos Santos defende a definição de uma política nacional para esse setor, como forma de se equacionar as questões de forma integrada. Ele define o assunto como muito sério pois tratam-se de pessoas que não têm recursos financeiros, educação, moradia e nem formação profissional que estão migrando em direção a Goiás e Brasília. "Chegam aqui em busca de realização para seus sonhos, como casa, emprego e educação. Isso acaba complicando a situação do estado porque nós não damos conta de agregar todas essas pessoas e ao mesmo tempo proporcionar a elas qualidade de vida".

A política nacional preconizada pelo Secretário de Assuntos Comunitários possibilitaria que cada estado criasse condições para que as pessoas possam sobreviver nas próprias unidades de origem, "principalmente na zona rural. Eu acho que os benefícios, a criação de novos empregos deverá se dar primeiramente em pólos consideráveis do interior, para que o homem lá do interior não veja a necessidade de sair dali para ganhar o seu pão de cada dia. Esse programa, o governador está implantando em Goiás e deverá ser lançado ano que vem, com a criação de novos empregos, de incentivo a novas empresas no interior, de distritos industriais de forma a que as pessoas possam ficar por lá, evitando que venham aumentar os problemas de cidades como Goiânia, onde existe um verdadeiro bolsão de miséria".

Peso — Sem casa, profissão, sem dinheiro e com famílias numerosas, os migrantes se constituem em um peso muito grande para o Estado, assinala Alair Pereira dos Santos. "Não há como equilibrar a situação pois o Estado não tem recursos para tanto. À medida em que novas famílias vão se aglomerando, aglomerando e então há uma explosão de necessidades. Por isso defendo a adoção de uma política nacional para que o homem do interior tivesse condições de sobrevivência relativa lá e não viesse para as capitais em busca de

recursos e melhor qualidade de vida. Antes então de uma política local é preciso haver uma política nacional para conter e até reverter essa migração. Se continuarmos assim o problema irá se agravando e a situação se atravancando cada vez mais, sem perspectiva de solução pois à medida em que se resolve um caso, outro e outro mais estarão surgindo. E o Estado não tem, absolutamente, recursos para tanto. O Estado é limitado em

seus recursos".

A preocupação do governo de Goiás não é, segundo Alair Pereira dos Santos, dirigida para quem vem de fora mas sim dirigida "para quem já está aqui estabelecida, consolidada em Goiás. Acho que nós devemos nos preocupar com isso, ter critérios nesse momento para que os programas de solução não venham a atrair novas levas de migrantes". Ele admite que o Estado não tem um programa específico para a migração. "O que temos é um projeto habitacional para assentar aqueles que realmente estão em Goiás há três, quatro anos, que estão aqui trabalhando e que não têm condições de pagar aluguel, outras que não têm renda nenhuma e são pessoas assistidas em potencial. Para essa gente há programas que estamos trabalhando mas não há condições, evidentemente, de se resolver satisfatoriamente todos os casos. Haverá critérios e a identificação da prioridade de cada pessoa. Nós estamos aí com um programa de assentamento para o ano que vem. O governador Iris, sensível para com essa área de habitação, está dando prioridade absoluta aos problemas sociais e dentre eles esse da moradia. Ele quer dar uma ênfase muito grande e criar critérios rígidos para a hora de assentar porque o que nós vemos hoje são aqueles aproveitadores, oportunistas, que mercantilizam o imóvel que recebem. Há aqui uma evolução profunda da indústria da invasão. Nós somos contra qualquer tipo de invasão porque além desse aproveitamento, que é muito grande e ultrapassa 50 por cento, ainda há a desqualificação do indivíduo que quer se fixar ali porque ele não vai receber nada de infra-estrutura, nem água, nem fossas ou energia pois não são áreas preparadas. Do dia 15 para cá nós tomamos uma posição: aqueles que invadirem não vão tomar parte em nenhum programa do governo, seja de que setor for e muito menos de habitação. Estamos com as portas abertas para atender, para dialogar com as pessoas. Estamos cadastrando e legalizando algumas áreas de forma a criar uma estrutura que não permita exploração e assim, depois de legalizadas as posses, o governo levar até elas a infra-estrutura requerida".



Iris: bilhões para a água

Água terá 11 bi em mutirão

Goiânia — Recursos da ordem de Cr\$ 11 bilhões estão sendo pleiteados pelo governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, para investimentos na construção de redes de distribuição de água nos municípios que não contam com o benefício, entre os quais muitos da região do Entorno.

Priorizando os sistemas de água em detrimento dos de saneamento, a administração estadual vai realizar uma série de mutirões para implantação das redes. O próximo acontecerá no povoado de São Bartolomeu, no município de Cristalina, no dia 14 de setembro.